

Abordagem neuropsicológica do abuso sexual: conhecendo o que está por trás do predomínio de gênero do abusador

*Enfoque neuropsicológico del abuso sexual: conociendo lo
que hay detrás del predominio de género del abusador*

Rafael Martins de Miranda¹; Eniel do Espírito Santo²

¹ Psicólogo, Psicopedagogo, e aluno concludente do Curso de Especialização em Neuropsicologia do IBPEX/Facinter/Fatec. Email: rafaelmartins.psi@gmail.com

² Orientador. Doutor em Educação (UDE/Montevidéu), Mestre em Gestão Organizacional (UNEB/BA), Especialista em Psicologia Organizacional (UNIFACS/BA), Bacharel em Administração de Empresas (UNICASTELO/SP). Email: enielsanto@gmail.com

RESUMO

O problema da pedofilia e do abuso sexual de menores vem crescendo no mundo todo e ganhando as manchetes de noticiários, porque, além de ser um ato de violência em si, praticado geralmente por pessoas próximas às crianças, muitas vezes envolve pessoas importantes e membros de instituições respeitáveis da sociedade que têm por tarefa assegurar a integridade física e mental das crianças. O que leva então um adulto a abusar sexualmente de uma criança? Usando como metodologia de pesquisa a revisão de literatura sobre o tema, com buscas também em indexadores como Scielo e MedLine, além de pesquisas em meios de imprensa, em serviços de acolhimento e cuidado às vítimas de abuso sexual, os dados coletados revelaram que, ao se analisar o perfil do abusador, há um grande predomínio do sexo masculino. Diante dessa constatação, pergunta-se: Por que os homens são mais propensos a esse tipo de conduta desviante? Haveria alguma causa neuropsicológica para essa predominância masculina? Teria alguma relação com as diferenças entre o cérebro do homem e o da mulher ou esse predomínio seria tão somente uma questão sociocultural? O presente artigo, além de confirmar esse predomínio de gênero masculino no perfil do abusador (ainda que haja agressores do sexo feminino), apresenta indícios evidentes da existência de alterações do funcionamento cerebral no pedófilo, no nível do córtex pré-frontal, do hipotálamo e do corpo caloso. Tais disfunções explicariam em todo ou em parte a ação violenta do abusador.

Palavras-chave: Neuropsicologia. Sexualidade. Abuso sexual. Diferenças cerebrais.

RESUMEN

El problema de la pedofilia y del abuso sexual de menores está aumentando en todo el mundo y viene ganando los titulares de los noticieros, porque, además de ser un acto de violencia en sí, generalmente practicado por personas cercanas a los niños, a menudo involucra a personas importantes y miembros de instituciones de renombre en la sociedad, que son responsables de garantizar la integridad física y mental de los niños. Entonces, ¿qué lleva a un adulto a abusar sexualmente de un niño? Utilizando como metodología de estudio una revisión de literatura sobre el tema, con sondeos en buscadores como Scielo y MedLine, así como con investigación junto a la prensa, a servicios de acogida y protección a víctimas de abuso sexual, los datos recolectados mostraban que, al analizar el perfil del abusador, hay un predominio del sexo masculino. Las preguntas que surgían entonces eran: ¿por qué los hombres son más propensos a este tipo de conducta desviada?, ¿habría alguna causa neuropsicológica para este predominio masculino?, ¿tenía algo que ver con las diferencias entre los cerebros de hombres y mujeres, o sería sólo en función de una diferencia sociocultural? Este artículo, además de confirmar que efectivamente existe un predominio del sexo masculino en el perfil del agresor (aunque hay mujeres abusadoras), pudo confirmar también que hay indicios claros de la existencia de alteraciones en el funcionamiento cerebral en la conducta del pedófilo, a nivel de la corteza pre-frontal, del hipotálamo y del cuerpo caloso. Tales disfunciones explicarían, en todo o en parte, la acción violenta del abusador.

Palabras-clave: Neuropsicología. Sexualidad. Abuso sexual. Diferencias cerebrales.

INTRODUÇÃO

Todo ato de violência contra um ser humano constitui-se em um fenômeno digno de ser repudiado. Ato mais infame ainda ocorre quando se trata de violência contra menores ou pessoas incapazes de se defenderem (crianças, idosos, portadores de necessidades especiais, de distúrbios mentais etc.).

O problema da pedofilia e do abuso sexual de menores vem ganhando espaço cada vez maior na mídia, com frequentes revelações de novos casos a cada dia. Conforme Hisgail (2007, p. 20), já na década de 1990 (mais precisamente em 1996), a Organização das Nações Unidas (ONU), preocupada com o avanço assustador de novos casos no mundo inteiro, realizou em Estocolmo o Primeiro Congresso Mundial contra a Exploração Comercial e Sexual de Crianças. Nos anos seguintes, o problema só cresceu e apareceu com uma força avassaladora quando se descobriu um número escandaloso de casos de abuso infantil por parte de sacerdotes e religiosos americanos. O caso virou escândalo mundial, comprometendo não só a reputação, mas as finanças da Igreja Católica. No

Brasil, novos casos foram sendo descobertos pelas autoridades policiais e ganharam as manchetes dos noticiários quase todos os dias.

Toda essa situação aguçou o debate sobre o tema. Além da violência em si, o grande problema era que, analisando-se essa realidade numa escala macro, a grande maioria dos abusadores era de pessoas que detinham uma função moral e social de proteger, defender e zelar pela integridade física e mental dessas crianças. Os abusadores em geral eram indivíduos extremamente próximos destas ou que gozavam da confiança dos responsáveis por elas: eram pais, avós, tios, primos, vizinhos, professores, líderes religiosos, que, aproveitando-se dessa proximidade e confiança, tinham livre acesso às crianças e terminavam por dar vazão a seus instintos mais perversos.

O “boom” midiático que se gerou em torno do escândalo de pedofilia na Igreja Católica americana chamou a atenção do mundo para a situação do trato e dos cuidados que devem ter todos aqueles que são responsáveis por menores de idade e todos aqueles que com eles trabalham. Medidas profiláticas passaram a ser tomadas por governos, Igrejas, escolas, instituições sociais, enfim, por um grande número de instituições que lidam diretamente com crianças. Em muitos lugares surgiram legislações específicas para a prevenção e a punição de novos casos de pedofilia e, nos locais onde essas legislações já existiam, novas medidas para sua implementação foram adotadas. Ao redor do mundo, as instituições policiais foram adotando uma política de fiscalização e repressão mais intensa, na caça às verdadeiras redes de pedofilia que foram se construindo, sobretudo depois do advento da internet.

A mídia mundial passou a relatar com muito mais frequência os casos de abuso sexual/pedofilia, à medida que iam sendo descobertos e denunciados. Desde pessoas mais simples até altos figurões do poder político e social passaram a ocupar espaço nos meios de comunicação social, acusados por crimes dessa natureza.

Aqui reside o fato que nos chama a atenção e nos motivou a pesquisar o tema: a grande maioria dos abusadores denunciados é do sexo masculino, gozando de uma proximidade com suas vítimas. A questão que nos intrigava era justamente essa predominância do sexo masculino entre os abusadores. Haveria alguma razão para esse predomínio de gênero? Haveria alguma explicação neuropsicológica para tal fato? As diferenças cerebrais existentes entre homens e mulheres explicariam, no todo ou em parte, esse predomínio masculino nos casos de pedofilia e abuso sexual?

Utilizando como metodologia uma revisão de literatura sobre o assunto, com base em revisões bibliográficas e consultas aos mais importantes indexadores, como Scielo e MedLine, além de *sites* específicos sobre os temas abordados, e considerando também dados coletados em serviços de acolhida e proteção a vítimas de abuso sexual, pretendemos examinar e tentar esclarecer essas questões levantadas ao longo deste artigo. A importância e a relevância da pesquisa se justificam, portanto, por lançar uma luz sobre o tema, na tentativa de explicá-lo ou, ao menos, de problematizar a questão, ajudando a compreendê-la melhor, o que viria a ajudar em muito as pessoas e instituições que trabalham diretamente com o cuidado de crianças.

A SEXUALIDADE HUMANA

O ser humano é um ser de relações, que necessita interagir com outros, amar e ser amado, construindo relações de sentido que potencializem a elaboração de sua identidade e autonomia. Esse processo de desenvolvimento é contínuo, embora encontre seu maior florescimento em alguns momentos da vida. Um desses períodos de maior crescimento e expansão do ser humano é justamente a passagem da infância para a adolescência, um período de profundas transformações. Mudam as características corporais, o psiquismo, as emoções, a forma de compreender o mundo e a si próprio, as relações. Vive-se um período de crise, no sentido transformador da palavra.

A sexualidade humana segue o rumo dessas transformações, inclusive potencializando muitas delas. A compreensão de como se dá esse processo, para onde ele pode levar o jovem, e todos os mecanismos envolvidos nessas transformações é de vital importância para a realização plena do jovem, no seu processo de amadurecimento.

Diante de uma pergunta simples como “O que é a sexualidade para você?”, muitas vezes feita a grupos, sobretudo de jovens, em palestras ou encontros de formação para os quais sou convidado, a resposta imediata quase sempre é o silêncio, olhares perdidos, nervosos, em busca de outros olhares que lhes forneçam a resposta. Somente aos poucos algumas tímidas respostas vão aparecendo. Imprecisas, vagas... Isso até que não é de causar espanto, pois mesmo hoje, em uma sociedade tão erotizada e erotizante, com uma carga apelativa de cunho sexual estampada abertamente em revistas, novelas,

filmes, comerciais etc., diante de uma abertura tão grande à informação, sobretudo depois do advento da internet, esse assunto parece ainda gerar constrangimento, quando se ousa falar abertamente dele.

De fato, diante do avanço das ciências e dos estudos que elas trouxeram nessa área, tal tema ainda é um tabu, algo que só se pode falar com muito cuidado e medindo-se todos os termos, para não ser mal compreendido. Acredito, pessoalmente, que tal fato se deve a uma visão negativa e, portanto, preconceituosa que se foi criando, talvez muito influenciada pelo meio religioso (se não apenas por ele, mais por ele do que por outros), acerca da sexualidade. Esta sempre foi vista como algo ruim, perigoso, muitas vezes associado ao pecado. Creio que isso se deve a uma lastimável *redução* da sexualidade humana ao seu aspecto meramente genital. De fato, e voltando aqui às reuniões com grupos de jovens, há uma terrível associação da sexualidade com o sexo. Como se a sexualidade fosse SÓ isso! As respostas que quase sempre escutamos vão nessa direção e poucas respostas se colocam numa linha em que se considera a sexualidade como algo que vai muito além do ato sexual.

Como definir, então, a sexualidade humana? Não é uma tarefa fácil, sem dúvida. Segundo Castellanos (2002, p. 10), a dificuldade reside na complexidade do fenômeno e na diversidade de definições possíveis, já que “o médico tem sua perspectiva e define a sexualidade em termos do funcionamento do corpo humano. O psicólogo, o moralista, o sociólogo e os demais profissionais fazem o mesmo desde seu campo de estudo”. Para o autor, a dificuldade de se estabelecer uma definição se dá inclusive porque “não é o mesmo falar de sexualidade em um país da África que no México”, daí que “é difícil pretender dar uma definição única, aceita por todos os profissionais e por todas as culturas e raças” (2002, p. 10).

Mais do que dar uma definição, portanto, trata-se aqui de compreender que a sexualidade é, de fato, uma força plasmadora (constitutiva) da personalidade humana. Freud já tratava disso quando usava o termo *libido* para falar das pulsões sexuais. Segundo Hisgail (2007, p.15),

nos *Três ensaios para uma teoria da sexualidade* (1905), Freud escreve que a opinião popular “acredita, com firmeza, que falta, em absoluto, na infância”, a pulsão sexual e que essa só se manifestaria na puberdade. Desde então, a irrupção sexual na infância tem sido estudada pelos psicanalistas, sendo, hoje, um consenso que a

criança se constitui na fonte da pulsão e do desejo do Outro¹ – conceito que designa a função simbólica da linguagem determinante na constituição do sujeito.

Pode-se então deduzir na sexualidade um conjunto de características que diferencia o ser humano como Ser-Homem e Ser-Mulher, para além da mera instintividade animal (macho e fêmea). Mais ainda: é uma energia dinâmica que atinge toda a pessoa, como tendência progressiva do instinto biológico para o elemento psíquico e espiritual. Ela é todo o nosso ser! Não é algo que temos, mas é algo que somos! Não temos sexualidade, somos sexuados! Isso significa que todas as nossas células, todos os nossos órgãos e funções, biológicos ou psicossociais, são sexuados.

A sexualidade, pois, no seu sentido mais profundo, é vivida como energia a serviço do intercâmbio, da reciprocidade, da comunhão ao nível das pessoas. Pela energia sexual a pessoa amadurece, cria, comunica-se, enamora-se, transcende-se (vai além de si mesma). Nesse sentido é que poderíamos falar, inclusive, de uma dimensão espiritual da sexualidade.

Por seu processo de desenvolvimento, que se confunde com o próprio desenvolvimento humano, a sexualidade deve conduzir a uma integração pessoal e a inter-relações. Poderíamos até arriscar-nos a dizer que, entre outras coisas, uma pessoa madura é aquela que vivencia e valoriza positivamente toda a riqueza de sua energia afetivo-sexual, que se utiliza dela para crescer e fazer crescer, na busca de uma realização plena de si e dos outros. Daqui se percebe quão pobre é reduzir a sexualidade ao seu aspecto sexual. Daqui se conclui também o quão desviante se constitui a ação sexual de um adulto sobre uma criança.

O ABUSO SEXUAL: DEFININDO A SITUAÇÃO, OS ABUSADOS E OS ABUSADORES

Ao se apresentar o tema do abuso sexual infantil, é importante esclarecer sobre o que se está falando, buscando ao menos um conceito descritivo (entre outras tantas possibilidades de formulação que se possa dar), sobretudo porque hoje em dia o tema é bastante estudado e enfrentado a partir de distintas perspectivas (psicológica, antropológica, jurídica, ética, moral e religiosa). O que entendemos, então, por *abuso*

¹ Na linguagem psicanalítica, lê-se: “o grande outro”.

sexual infantil neste artigo? Consideramos como abuso sexual infantil, seguindo Moltedo e Miranda (2004, p. 20),

qualquer tipo de contato ou atividade sexual com uma pessoa menor de 18 anos, por parte de uma pessoa que se encontra em uma posição de poder ou autoridade, com o fim de estimular-se ou gratificar-se sexualmente, não importando que se realize com o consentimento da vítima, pois este carece dos conhecimentos necessários para avaliar seus conteúdos e consequências. Se utiliza a relação de confiança, dependência ou autoridade que o abusador tem sobre a criança.

Para essas autoras (2004, p. 22), nas diferentes definições que se pode dar sobre o abuso sexual, permanecem comuns em todas elas ao menos três elementos: o primeiro deles é que a criança abusada é, verdadeiramente, uma vítima na situação, isto é, ela é envolvida na trama abusiva do agressor. Daqui se depreende que a criança *nunca* tem a culpa numa situação de abuso². O segundo elemento, por sua vez, caracteriza-se por uma diferença hierárquica que existe entre o agressor e sua vítima. É essa situação de poder, de controle sobre a criança que impede de alguma forma sua capacidade reativa. E, por fim, o terceiro elemento em comum, para as mencionadas autoras, é que, em função do elemento anterior, o abusador atua de forma coercitiva, intimidatória sobre a criança, a fim de que esta não o denuncie e seus atos possam permanecer incólumes.

No Brasil, a legislação que tipifica os crimes sexuais contra menores tende a imputar ao adulto a iniciativa e, portanto, a culpa do ato infracional, quando o define como “sedução e corrupção de menores”. A Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009, tipifica os crimes sexuais contra vulneráveis em: estupro de vulnerável, corrupção de menores, satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente e favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável.

Comentando sobre os tipos de abusos sexuais definidos na legislação chilena, Moltedo e Miranda (2004, p. 22) afirmam que

a atual legislação sobre delitos sexuais, que compreende a modificação realizada através da Lei nº 19.927, classifica o abuso sexual em 7 figuras específicas: violação, incesto, estupro, sodomia, abuso sexual, pornografia infantil e utilização de crianças para a prostituição. Esta legislação concentra a maior gravidade das sanções em casos de vítimas menores de idade, ampliando a sanção se os delitos

² Agregado nosso: na nossa prática profissional no atendimento a pessoas vítimas de abuso sexual, um discurso comum era o medo de denunciar a situação aos pais e/ou responsáveis, por medo do descrédito ou para não gerar conflitos no interior da família.

são cometidos por pessoas veiculadas às vítimas, bastando que tenha uma relação direta ou habitual com menores de idade.

Assim, conforme Ossandón (2002, p. 5), trata-se de qualquer conduta de tipo sexual que se realize com uma criança, que pode incluir as seguintes situações:

- toque dos genitais da criança por parte do abusador;
- toque de outras zonas do corpo da criança por parte do abusador;
- incitação por parte do abusador ao toque de seus próprios genitais;
- penetração vaginal ou anal, ou tentativa dela, seja com seus próprios genitais, seja com outras partes do corpo (ex.: dedos), seja com objetos (ex.: paus), por parte do abusador;
- exposição de material pornográfico a uma criança (ex.: revistas, filmes, fotos);
- contato bucogenital entre o abusador e a criança;
- exibição de seus genitais por parte do abusador à criança;
- utilização da criança na elaboração de material pornográfico (ex: fotos, filmes).

Tais situações se constituem como abuso sexual, quer aconteçam de forma conjunta, só uma delas ou várias, quer sejam efetuadas em um único episódio, em repetidas ocasiões ou até em forma crônica por muitos anos. Por essa definição, percebe-se que qualquer criança pode ser vítima em potencial de abuso sexual. Esse é justamente um dos fatores que complicam a prevenção do abuso sexual infantil: o fato de que não existe um perfil ou característica específica que determine a ocorrência do abuso em um tipo de criança em relação a outra.

Pesquisas feitas recentemente e apresentadas por Martins e Jorge (2010, p. 251) coincidem em mostrar que, entre as meninas, que são a maior parte das vítimas de abuso, a maioria se encontra numa faixa etária entre 10 e 14 anos, enquanto os meninos abusados estão na faixa etária entre 2 e 5 anos. No primeiro caso, o interesse parece dar-se em função de as meninas nessa idade estarem entrando na puberdade, despertando todo um potencial atrativo para o abusador; já no caso dos meninos, o abuso acontece com maior precocidade justamente porque, sendo menores, diminui o poder de reação diante do abusador. Na prática, percebe-se que o abuso sexual infantil se dá em todas as classes sociais, níveis socioculturais, grupos étnicos e religiosos, afetando crianças de diferentes idades (ainda que prevaleça em crianças de menor idade, por serem menos conscientes e, portanto, menos propensas a reagir ao abusador diretamente).

Segundo dados do Serviço Viver, da Secretaria de Segurança Pública da Bahia, das 8.070 pessoas vitimadas sexualmente e atendidas por esse serviço, entre dezembro de 2001 e dezembro de 2010, 56% têm idade inferior a 14 anos e 17% entre 15 e 18 anos, ficando os restantes 27% para indivíduos acima dos 19 anos. A prevalência de vítimas do sexo feminino atinge 92%, enquanto 8% são do sexo masculino. No que toca aos abusadores, 70% deles são pessoas conhecidas (familiares, parentes e pessoas próximas), e em 30% dos casos a violência é cometida por pessoas desconhecidas. Em conversa com profissionais desse serviço, foi-nos relatado que 92% dos abusadores são do sexo masculino.

Segundo Ossandón (2002, p. 5), pode-se mais ou menos identificar algumas características que constituem fatores de risco para a ocorrência do abuso:

- falta de educação sexual;
- baixa autoestima;
- necessidade de afeto e/ou atenção;
- criança com atitude passiva;
- dificuldades no desenvolvimento assertivo;
- tendência à submissão;
- baixa capacidade de tomar decisões;
- criança isolada;
- timidez ou retraimento.

Por outra parte, Moltedo e Miranda (2004, p. 29) também apresentam certas características que aparecem como fatores de risco associados ao abusador e que, em grande medida, condicionam e explicam seu comportamento enfermo:

- história de maus-tratos, abandono ou abuso sexual;
- carência de vinculação afetiva na infância e/ou institucionalização;
- ignorância sobre as características do desenvolvimento evolutivo e sexual da criança e de suas necessidades;
- história de ruptura familiar;
- baixa autoestima e sentimentos de infelicidade;
- habilidades sociais pobres, impulsividade;

- baixa compreensão da conduta infantil;
- baixa tolerância ao estresse e isolamento;
- elevadas exigências de capacidade aos filhos e expectativas pouco realistas acerca do desenvolvimento infantil;
- depressão nas mães;
- mães com insuficiente apoio conjugal, familiar e social.

Todos esses fatores, apesar de não justificarem o ato do abuso sexual, podem explicá-lo e ajudar a compreendê-lo, na medida em que vão gerando uma personalidade enfermiça, imatura e que, embora não necessariamente se constitua como uma patologia psiquiátrica, implica um desajuste psicossocial no campo afetivo-sexual. Não se pode afirmar simplesmente que todo abusador sexual sofra de uma patologia psiquiátrica que explica sua conduta abusiva. No entanto, na maioria dos casos, os abusadores sexuais, ainda que apresentem algum tipo de transtorno psicológico na base de seu comportamento, realizam o abuso em um estado normal de consciência, sem nenhum estado de alteração mental próprio de uma patologia psiquiátrica, evidenciando até mesmo uma adaptação normal ao resto dos âmbitos de sua vida. Em síntese, sabem muito bem o que estão fazendo, conquanto muitas vezes não possam controlá-lo ou conter-se. Aqui se aponta às duas perguntas de fundo: O que faz com que exista o impulso ao ato de violência sexual e o que faz com que não se possa controlá-lo?

O grande problema nesse tema do abuso sexual é justamente que o abusador é uma pessoa comum e corrente, que não apresenta nenhum indício externo e que não se diferencia em nada de outros homens da comunidade ou do entorno da criança. Portanto, pode-se encontrá-lo em todas as classes sociais e em todos os tipos de famílias, ofícios e profissões. Seu marco diferencial neste caso não é tanto uma aparência física, um comportamento sintomático, hábitos, gestos e/ou atitudes, como costuma acontecer com outros tipos de transtornos psíquicos; o diferencial é sua história de vida, seu passado, marcado por alguns ou vários dos fatores anteriormente mencionados.

Segundo Moltedo e Miranda (2004, p. 35), em geral se distinguem dois grupos de abusadores: o dos abusadores obsessivos ou pedófilos e o dos abusadores regressivos. O primeiro atua mais no nível extrafamiliar, e o sujeito chega a abusar reiteradamente de várias crianças diferentes, apresentando uma compulsão crônica e repetitiva. Quase

sempre são homens e apresentam principalmente uma atração sexual, quase exclusiva, por crianças. Evitam as relações sexuais com adultos e, quando as têm, sentem-se insatisfeitos. O outro grupo é o dos abusadores regressivos, prevalecendo mais no nível intrafamiliar. São homens que reagem abusando sexualmente de uma criança num momento de crise existencial, caracterizada por sentimentos depressivos e de angústia, desencadeada, por exemplo, por conflitos conjugais, separação ou divórcio, fracassos profissionais, entre outras causas. Sua sexualidade está orientada preferencialmente para os adultos, aparecendo a excitação sexual por crianças como resultado de uma descompensação psíquica. Nesse grupo é mais escassa a possibilidade de reincidência.

Em ambos os casos, o abusador se aproveita da proximidade com a criança, já que quase sempre se trata de alguém efetivamente próximo (pai, familiar, vizinho, professor, líder religioso etc.). Parte, muitas vezes, de situações confusas, em que as carícias adquirem um duplo significado, especialmente como tática para conhecer a reação da criança. Não por isso deixa de ser violência, pois se usa a surpresa como método, de maneira que a vítima não consegue entender o que está acontecendo. Para isso o abusador recorre ao engano, utilizando prêmios ou castigos, outras vezes ameaçando causar algum dano à criança, seja porque não satisfaz seus desejos desordenados, seja para evitar que ela o denuncie.

As consequências de haver sido vítima de abuso sexual podem ser múltiplas para uma criança, ainda que possam variar de um indivíduo para outro, dependendo de suas próprias características pessoais. Entretanto, conforme Ossandón (2002, p. 6), pode-se identificar algumas das principais consequências do abuso sexual, como as relacionadas no quadro a seguir.

CONSEQUÊNCIAS EMOCIONAIS	CONSEQUÊNCIAS COGNITIVAS	CONSEQUÊNCIAS COMPORTAMENTAIS
A curto prazo ou em período inicial à agressão		
<ul style="list-style-type: none"> • Sentimentos de tristeza e desamparo • Mudanças bruscas de estado de ânimo • Irritabilidade • Rebeldia • Temores diversos • Vergonha e culpa • Ansiedade 	<ul style="list-style-type: none"> • Baixa no rendimento escolar • Dificuldades de atenção e concentração • Desmotivação nas tarefas escolares • Desmotivação geral 	<ul style="list-style-type: none"> • Condutas agressivas • Rejeição a figuras adultas • Marginalização • Hostilidade diante do agressor • Temor ao agressor • Gravidez precoce • Enfermidades de transmissão sexual

A médio prazo		
<ul style="list-style-type: none"> · Depressão mascarada ou manifesta · Transtornos ansiosos · Transtornos de sono: terrores noturnos, insônia · Transtornos alimentícios: anorexia, bulimia, obesidade. · Distorção do desenvolvimento sexual · Temor à expressão sexual · Tentativas de suicídio ou ideias suicidas 	<ul style="list-style-type: none"> · Repetências escolares · Transtornos de aprendizagem 	<ul style="list-style-type: none"> · Fugas do lar · Deserção escolar · Ingestão de drogas e álcool · Inserção em atividades delituais · Interesse excessivo por jogos sexuais · Masturbação compulsiva · Gravidez precoce · Enfermidades de transmissão sexual
A longo prazo		
<ul style="list-style-type: none"> · Disfunções sexuais · Baixa autoestima e autoconceito pobre · Estigmatização: sentir-se diferente dos demais · Depressão · Transtornos emocionais diversos 	<ul style="list-style-type: none"> · Fracasso escolar 	<ul style="list-style-type: none"> · Prostituição · Promiscuidade sexual · Alcoolismo · Drogadição · Delinquência · Desadaptação social · Relações familiares

Quadro 1: Principais consequências do abuso sexual, em relação ao momento da agressão.

Fonte: Ossandón, 2002, p. 6.

As consequências do abuso sexual, para Moltedo e Miranda (2004, p. 36), serão tanto ou mais severas conforme sejam os fatores que incidam na situação do abuso, assim como se darão mais ou menos intensas em função da idade da criança e da presteza com que se detecta a situação e se lhe oferece ajuda. São exemplos de alguns desses fatores:

- duração e frequência do abuso (quanto mais frequente e prolongado é o abuso, mais graves são suas consequências);
- intensidade e tipo do abuso;
- idade da criança e do abusador;
- relação vítima-agressor (as consequências do abuso são mais graves quando existe uma relação afetiva prévia entre o agressor e a vítima);
- personalidade da vítima;
- reações e posturas das pessoas próximas à vítima;

- a presteza e a eficácia das medidas adotadas pelo entorno no processo de descoberta e denúncia (incluídas as instituições judiciais, policiais, educacionais e outros);
- atenção à família e à rede social da criança.

Por tudo o que foi mencionado, pode-se deduzir o quão grave é uma situação de abuso para a vida de uma criança. Muitos dos que vivem essa experiência carregarão por toda a vida as consequências de um ato que, ainda que nem sempre reiterado, mas muitas vezes algo mais pontual, tem o poder de deixar uma marca permanente na vida futura da criança. Comprometerá, sem dúvida, seu desenvolvimento psíquico, social, familiar e até mesmo religioso. A depender de onde parta a agressão, suscitará na criança desconfiança em relação a si mesma, aos familiares, às pessoas próximas e em geral e, muitas vezes, uma revolta afetiva, social e religiosa (ou tudo isso em conjunto).

Daqui a importância de estudos que possam desvendar o que leva um adulto, muitas vezes alguém próximo e afetivamente implicado com a criança abusada, a causar-lhe tamanho dano, ao dar vazão a seus impulsos sexuais. Na visão do psicanalista Serge André (1999, apud HISGAIL, 2007, p. 18),

o discurso do pedófilo afirma uma tese segundo a qual a criança consente em participar das relações sexuais propostas, de modo que ambos vivam o verdadeiro amor.

Tal pensamento parece muito distante de tudo o que foi afirmado até aqui, em relação à participação da criança nesse ato em que, como vimos, quase sempre se recorre à coação e à força para efetivá-lo ou, ao menos, para fazê-lo permanecer em segredo. E nada mais distante da realidade, sobretudo no que toca às consequências desse ato de violência para a vida da criança. O que levaria, então, esse sujeito a submeter um menor aos seus desejos sexuais, quando não há, objetivamente (e mesmo legalmente), tal consentimento?

ABORDAGEM NEUROPSICOLÓGICA DO ABUSO SEXUAL

A pergunta anterior foi a que nos moveu na pesquisa em relação ao tema, para a realização deste artigo. O que leva um adulto a abusar de uma criança? E mais ainda, por que os homens são mais propensos a esse tipo de conduta desviante? Haveria alguma causa neuropsicológica para essa predominância masculina? Teria alguma relação com as

diferenças entre o cérebro do homem e o da mulher ou seria esse predomínio tão somente uma questão sociocultural? Essas são questões que o presente artigo busca levantar e quiçá esclarecer.

As funções sexuais, assim como todas as outras funções do nosso organismo, são determinadas e controladas ao nível cerebral. O cérebro é, como sabemos, o grande órgão que controla todas as funções do organismo humano. Essas relações de organização e controle das funções biológicas pelo cérebro são alvo das investigações científicas desde o surgimento da neurologia, no princípio do século XIX. Naquele momento, surgem os estudos do médico e anatomista alemão Franz Joseph Gall, que, ao criar a ciência da frenologia, buscava esquadrihar o cérebro humano, dividindo-o em regiões e localizando nelas o controle das funções biológicas e das faculdades psíquicas e mentais, bem como a origem dos seus distúrbios. Tais estudos se desenvolveram, sobretudo, depois do incrível caso do jovem Phineas Gage, em 1848, um operário da construção civil que teve o rosto e a base do crânio perfurados por uma barra de ferro, destruindo parte do seu cérebro. A sobrevivência desse jovem, com as consequências em termos de alterações de algumas funções biológicas e de personalidade advindas desse acidente, serviu para impulsionar os estudos das neurociências, sobretudo da neurofisiologia e da neuropsicologia.

Retomando brevemente a história das neurociências, sobretudo no que se refere ao comportamento sexual, Cardoso (2001, p. 1) nos lembra, no entanto, que

foi somente com os estudos dos pioneiros sexologistas Havellock Ellis e Alfred Kinsey, na primeira metade do século [XX], e posteriormente dos fisiologistas Masters e Virginia Johnson, que um estudo objetivo da resposta sexual humana começou a se desenvolver. Hoje, encontramos muitos estudos a respeito dos aspectos embriológicos, genéticos e biológicos do aparato reprodutor, como espermatozoides e óvulos, fertilização, desenvolvimento e nascimento, assim como sobre a anatomia dos órgãos sexuais em ambos os sexos. Também encontramos muitas informações a respeito de aspectos antropológicos, sociais e culturais do comportamento sexual. Porém, a literatura apresenta poucos estudos sobre a fisiologia da sexualidade humana e de como o sexo organiza o comportamento sexual.

Entre esses estudos, muitos deles nos últimos anos têm se concentrado em especificar as diferenças cerebrais entre homens e mulheres. Segundo Sabbatini (2001, p. 1), “no início dessas investigações, os cientistas eram céticos quanto ao papel dos genes e

das diferenças biológicas, dado que o aprendizado cultural é muito poderoso e influente entre os seres humanos”. Porém, completa o autor, “as diferenças de gênero já se manifestam desde alguns meses após o nascimento, quando a influência social ainda é pequena”. Na realidade, ainda segundo Sabbatini, “os cientistas descobriram que existem uma grande variedade de diferenças neurofisiológicas e anatômicas entre os cérebros dos homens e das mulheres”.

Exemplos dessas diferenças podem ser expressos em alguns estudos, como os do Dr. Godfrey Pearlson, da Universidade John Hopkins, na descoberta da região cortical chamada *lóbulo inferoparietal* (LIP), que é significativamente maior nos homens que nas mulheres e que estaria “relacionado à memória envolvida na compreensão e na manipulação das relações espaciais e à capacidade de estabelecer relações entre as partes do corpo” (SABBATINI, 2001, p. 2). Pode-se citar ainda a descoberta de que as áreas de Broca (lobo frontal) e Wernicke (lobo temporal), associadas à linguagem, são maiores nas mulheres que nos homens, o que implica a maior superioridade mental das mulheres nesse aspecto da linguagem.

Outros estudos realizados por neurocientistas identificaram diversas diferenças entre os cérebros masculinos e femininos. Dados apresentados por Pinel (2005, p. 351) revelam que os cérebros dos homens tendem a ser 15% maior que o das mulheres. Além disso, o referido autor apresenta dados de outros pesquisadores (FREDERIKSE e cols.,1999; GUR e cols.,1999) em que se constatam “pequenas diferenças na anatomia do hipotálamo, do corpo caloso, da comissura anterior, do tálamo e do córtex”.

Pesquisas de Gur e cols. (1995, apud PINEL, 2001, p. 351) demonstraram ainda que “os homens tendem a ter nível mais alto de atividade metabólica basal em várias áreas do lobo temporal e do sistema límbico, ao passo que as mulheres tendem a ter atividade basal superior no giro cingulado”. Comentando tais descobertas, Pinel (2001, p. 351) afirma que, “presumivelmente, algumas dessas diferenças estão relacionadas com diferenças no comportamento sexual, ao passo que outras relacionam-se com diferenças em funcionamento cognitivo e emocional” e acrescenta, no entanto, que, “no momento, o significado funcional de diferenças sexuais cerebrais permanece uma questão de suposição”.

Algumas das constatações, no entanto, que já puderam ser confirmadas em relação ao controle das funções sexuais ao nível cerebral apontam para o fato de que, segundo Cardoso (2001, p.02),

muito desse controle é mediado por partes do sistema nervoso dentro do “cérebro visceral”, que filogeneticamente é a parte mais antiga do cérebro humano. Ele é composto pelo hipotálamo, hipófise, sistema límbico e regiões do mesencéfalo (cérebro central).

Estudos recentes conduzidos por Walker e cols. (2007), com a utilização de exames de ressonância magnética funcional³, realizados na Universidade de Yale, nos Estados Unidos, e publicados no *Biological Psychiatry*, demonstraram algumas diferenças significativas na atividade cerebral de pedófilos. A pesquisa buscava verificar o nível de estimulação em nível cerebral dos dois grupos (pedófilos e não pedófilos), quando confrontados com imagens eróticas adultas. Nesse caso, constatou-se, nos sujeitos pedófilos em relação ao outro grupo controle, uma menor ativação do hipotálamo, que, como já vimos, é reconhecido como a estrutura envolvida na excitação e liberação dos hormônios sexuais, além de diferentes ativações da substância cinzenta periaquedutal e do córtex pré-frontal dorsolateral.

Outra pesquisa, derivada da anterior (usando-se os mesmos instrumentos da pesquisa da Universidade de Yale) e levada adiante pelo Dr. James Cantor (2008) e colaboradores do Centro de Vício e Saúde Mental, em Toronto (Canadá), publicada no *Journal of Psychiatric Research*, demonstrou que os pedófilos apresentavam um índice menor da “substância branca”, região cerebral que é formada quase exclusivamente pelo agrupamento dos axônios mielinizados de neurônios e que é a responsável pela ligação das diferentes partes do cérebro. Como essa substância branca seria a responsável por conectar as diversas partes do cérebro envolvidas na excitação sexual, a tese que se depreende da pesquisa é a de que o cérebro do pedófilo seria incapaz de diferenciar objetos sexuais adequados daqueles inadequados (no caso, as crianças que seriam vítimas do seu abuso).

Por fim, creio ser importante mencionar uma pesquisa realizada com 13 sujeitos abusadores, reclusos em um centro penitenciário de Portugal, levada a cabo por Maia e

³ Exame de ressonância magnética realizado enquanto o sujeito examinado está pensando ou realizando alguma função mental, em função de algum estímulo.

cols. (2009). Aplicando técnicas de exames neuroanatômicos (por ressonância magnética), entrevistas e provas neuropsicológicas, os autores pretendiam confirmar a existência, apontada na ampla bibliografia por eles analisada, de uma “relação entre os comportamentos abusivos sobre as crianças por indivíduos com alterações no lobo frontal” e, ainda, “postular uma associação entre as condições disfuncionais cerebrais e a tipologia de crime aqui contemplada” (p. 3). Confirmando os achados de outros tantos pesquisadores por eles mencionados no seu estudo, Maia e cols. (2009, p. 20) reconhecem a

existência de alterações neuropsicológicas em alguns dos sujeitos estudados, a saber: atrofia órbito-medial e dorsolateral frontal bilateral, reforçando a atrofia pré-frontal generalizada verificável na imagem sagital e alterações significativas do *Corpus Callosum*, particularmente no corpo e no tronco do corpo caloso.

É interessante recolher aqui, ainda, alguns elementos provenientes de outras pesquisas, mencionadas no estudo de Maia e cols. (2009), que vêm a confirmar as hipóteses da existência de uma série de alterações ao nível cerebral nos sujeitos acusados de abuso sexual: a associação negativa entre a pedofilia e os volumes de substância branca dos lobos temporal e parietal (CANTOR e cols., 2008); alterações na área ventromedial pré-frontal, que podem causar desvio severo ao nível do comportamento moral e do raciocínio (MOLL; SOUZA, 2007; JOZEF e cols., 2000); apresentação, tanto estrutural quanto funcionalmente, de déficits nos lobos frontal e temporal (GOYER et al., 1994, entre outros); alterações pré-frontais que levam a uma despreocupação com as normas sociais e éticas e a uma ausência de preocupação com o impacto do seu comportamento em relação ao outro (BLUMER; BENSON, 1975; PEREA; LADERA; AJAMIL, 2006, entre outros).

Essas são apenas algumas das muitas pesquisas relacionadas por Maia e cols. (2009), que vêm sendo realizadas no mundo inteiro, sobre possíveis relações de disfunções cerebrais com o comportamento pedófilo e de abuso sexual. Elas apontam, como vimos, para a existência de alterações ao nível cerebral nas pessoas acusadas de abuso sexual, o que aponta finalmente para uma possível causa neuropsicológica das atitudes desviantes dessas pessoas. O que não se depreende claramente dessas pesquisas, no entanto, é se essas diferenças são predominantes nos homens em relação às mulheres e o porquê de tal predomínio, que é, no fundo, um dos pontos que este

artigo buscava responder, visto que, ao que parece, essa não era a preocupação dos estudos mencionados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O problema da pedofilia e do abuso sexual de menores vem se constituindo como um problema em nível mundial. Apesar de não ser um fenômeno novo, visto que se encontram relatos disso em muitos períodos da história da humanidade, nos últimos anos e sobretudo com o fenômeno da globalização e do advento da internet, houve um crescimento vertiginoso de casos, o que tem levado preocupação a inúmeros governos, igrejas, instituições e, claro, às próprias famílias envolvidas nesse ato de violência. Tal situação tem exigido uma resposta firme e decidida de políticos, legisladores, órgãos de segurança e profissionais de várias áreas, como a jurídica, a da saúde e a da educação. E, como não poderia deixar de ser, tem conclamado a própria ciência a buscar uma maior compreensão desse fenômeno, tratando de identificar possíveis causas, assim como o perfil das vítimas e dos abusadores, para que medidas profiláticas possam ser estabelecidas.

Qualquer busca rápida em periódicos, jornais, revistas ou sites sobre casos relacionados à pedofilia e ao abuso sexual de menores traz alguns dados significativos, entre eles, o predomínio da figura masculina do abusador. Na nossa experiência profissional de atendimento às vítimas de abuso sexual e nas informações coletadas no Serviço Viver, que presta acolhida e proteção às vítimas de abuso sexual, esse dado se confirma e, justamente por isso, despertou o interesse nesta pesquisa, pois pudemos constatar o predomínio da figura masculina do abusador e da figura feminina da vítima.

A análise da literatura encontrada sobre o tema, feita para o artigo, também confirma esses dados e aponta para as duas questões levantadas. Há de fato um predomínio de gênero masculino no perfil do abusador (ainda que haja agressores do sexo feminino) e há também indícios evidentes de que há alterações do funcionamento cerebral no pedófilo, no nível do córtex pré-frontal, do hipotálamo e do corpo caloso. Tais disfunções explicariam em todo ou em parte a ação violenta do abusador, já que o pedófilo seria incapaz de diferenciar objetos sexuais adequados daqueles inadequados

(no caso, as crianças que seriam vítimas do seu abuso), bem como impediriam um juízo moral adequado e uma preocupação com as consequências do seu ato para a vítima inocente.

No entanto, não pudemos responder à pergunta sobre o porquê do predomínio do sexo masculino, visto que nenhuma das pesquisas estudadas trazia essa preocupação. O único dado encontrado se desprende de uma pesquisa que menciona as diferenças encontradas no cérebro de homens e mulheres quanto à atividade metabólica basal em várias áreas do lobo temporal e do sistema límbico e à atividade basal superior no giro cingulado, respectivamente, que poderiam estar relacionadas às diferenças no comportamento sexual (o que poderia explicar então esse predomínio masculino do abusador sexual), ainda que o próprio autor da pesquisa coloque essa hipótese como mera suposição.

De todo o exposto, depreende-se ao menos a ideia da relevância do tema e da necessidade então de novos estudos e reflexões sobre esse dado tão significativo e já tão confirmado em outras pesquisas, o de que os homens são os maiores algozes da inocência e da pureza da infância, perdidas em atos de uma violência brutal, sobretudo pela desproporção de forças entre os sujeitos envolvidos.

REFERÊNCIAS

CANTOR, J. M. et al. Cerebral white matter deficiencies in pedophilic men. In: **Journal of Psychiatric Research**, v. 42, n. 3, p. 167-183, Feb. 2008. Disponível em: <[http://www.journalofpsychiatricresearch.com/article/S0022-3956\(07\)00185-9/abstract](http://www.journalofpsychiatricresearch.com/article/S0022-3956(07)00185-9/abstract)>. Acesso em: 2 set. 2011.

CARDOSO, S. H. Como o cérebro organiza o comportamento sexual. **Cérebro & Mente: Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Neurociência**, n. 3, set.-nov.,1997. Disponível em: <<http://www.cerebromente.org.br/n03/mente/sexo.htm>>. Acesso em: 2 set. 2011.

CASTELLANOS, L. V. **El don de la sexualidad**. Ciudad de México: Obra Nacional de la Buena Prensa, 2002.

HISGAIL, F. **Pedofilia: um estudo psicanalítico**. São Paulo: Iluminuras, 2007.

MAIA, L. A. C. R et. al. **Estudos de casos de pedófilos portugueses à luz da neuropsicologia**. Portugal, 2009. Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0496.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2011.

MARTINS, C. B. de G.; JORGE, M. H. P. de M. Abuso sexual na infância e adolescência: perfil das vítimas e agressores em município do sul do Brasil. **Rev. Texto & Contexto Enferm.**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 246-255, abr.-jun. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v19n2/05.pdf>>. Acesso em: 2 ago. 2011.

MOLTEDO, C.; MIRANDA, M. **Protegiendo los derechos de nuestros niños y niñas: prevención del maltrato y el abuso sexual en el espacio escolar: manual de apoyo para profesores**. Santiago, Chile: Edición Fundación de la Familia & Ministerio de la Justicia, 2004.

OSSANDÓN, V. A. **Guía Básica de Prevención del Abuso Sexual Infantil-Programa Regional de Prevención del Maltrato Infantil**. Valparaíso, Chile: ONG Paicabí, 2002.

PINEL, J. P. J. **Biopsicologia**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SABBATINI, R. M. E. Existem diferenças cerebrais entre os homens e as mulheres? **Cérebro & Mente: Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Neurociência**, n. 11, out.-dez. 2001. Disponível em: <<http://www.cerebromente.org.br/n11/mente/eisntein/cerebro-homens-p.html>>. Acesso em: 2 set. 2011.

WALKER, M. et al. Pedophilia is linked to reduced activation in Hypothalamus and Lateral Prefrontal Cortex during visual erotic stimulation. **Biol Psychiatry: A Journal of Psychiatric Neuroscience and Therapeutics**, v. 62, n. 6, p. 698-701, Sept. 15, 2007.